

RELATÓRIO ANUAL DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO

AGÊNCIA DE JARDINÓPOLIS

CNPJ 82508433/ 0114-02

Responsável legal: Diretor Presidente - Valter José Gallina

As informações complementares sobre a qualidade da água distribuída e demais serviços disponíveis a comunidade por esta agência se encontra disponibilizadas no endereço eletrônico www.casan.com.br e também no escritório abaixo:

Escritório Central:

Rua Anselmo Angonese, s/n – Centro- CEP 89 848 000- FONE (0xx) 49 3337 0175

Laboratório Reg. Chapecó: R. Castro Alves 715 - São Cristóvão- CEP 89.803-111-FONE: 49 3321 2709

Caro cliente, a água disponibilizada na sua cidade tem como Órgão Fiscalizador a Secretaria Municipal de Saúde/Departamento de Vigilância Sanitária Municipal com respectivo endereço completo e telefone.

Secretaria da Saúde / Vigilância Sanitária:

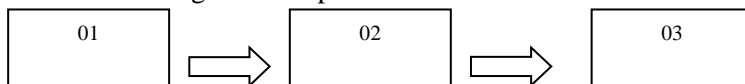
Av. Santo Antônio s/n – Centro- CEP 89.848-000- FONE (0xx) 49 3337 0045

A CASAN está presente no município desde 31/03/2000. A captação de água ocorre em mananciais subterrâneos; são dois poços tubulares profundos, seccionados entre 100 e 180 m de profundidade, em Basalto (Rocha vulcânica com idade aproximada de 120 milhões de anos, composta das espécies de Quartzo, Mica e Feldspato, possuindo a cor cinza escuro), presente na estrutura hidro geológica característica do oeste catarinense. Esta rocha possui grande quantidade de fraturas ou fendas, que quando da penetração da água produz a sua dissolução sob certas condições, de maneira a constituir uma verdadeira rede de canais, que fornece água aos poços. É sabido que as obras de captação de água, através de poços profundos, oferecem condições mais vantajosas que a utilização de mananciais de superfície, onde os mananciais são naturalmente mais protegidos dos agentes poluidores. Desta forma a qualidade natural da água extraída é adequada ao consumo e dispensa um tratamento avançado, não oferecendo riscos à saúde. A CASAN efetua o monitoramento periódico dos mananciais, sendo que o órgão responsável pela fiscalização é a FATMA (Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente).

Escritório (FATMA): Rua: Travessa Guararapes, 81 E – Centro-CEP: 89.801-035-Fone: (49) 3321 6800E-mail: chapeco@fatma.sc.gov.br-CODAM - Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental – Chapecó

TRATAMENTO APLICADO NA ÁGUA DISTRIBUÍDA

O processo de tratamento aplicado para potabilização da água distribuída na região urbana do Município de **Jardinópolis** consiste em duas unidades de tratamento, sendo aplicada em ambas a desinfecção com cloro e fluoretação. A unidade I é responsável pelo abastecimento do bairro São Sebastião e a unidade II, pelo restante do abastecimento. As seguintes etapas caracterizam o sistema:



01 – Recalque da água do manancial subterrâneo (poços profundos):

Processo no qual ocorre o recalque de água dos poços profundos através de bombas de sucção até as câmaras de desinfecção.

02 – Desinfecção e fluoretação:

Processo que possui como finalidade de desinfecção química através da adição cloro e prevenção de cárie dentária através da adição de flúor.

03 – Distribuição e Armazenamento:

Após o tratamento, a água potável é armazenada em dois reservatórios centrais com capacidade total de 75m³.



| | |
|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------|
| SAA / UT: Jardinópolis Unidade I / ETA Jardinópolis Unidade I | Tipo da Amostra: Sistema de Distribuição |
| Localidade / UF: Jardinópolis / SC | Período de: 01/11/2016 à 31/10/2017 |

| Meses | Parâmetros | Cloro Residual | Cor aparente | Turbidez | Coliformes Totais | E.Coli / Colif. Termo |
|---------------------------------------------------------|--------------------------------|-----------------|--------------|------------|-------------------|----------------------------------------|
| Nov/2016 | Nº de análises realizadas | 10 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 10 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| Dez/2016 | Nº de análises realizadas | 10 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| | Nº de análises fora do padrão | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 9 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| Jan/2017 | Nº de análises realizadas | 10 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 10 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| Fev/2017 | Nº de análises realizadas | 10 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 10 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| Mar/2017 | Nº de análises realizadas | 10 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 10 | 5 | 10 | 8 | 10 |
| Abr/2017 | Nº de análises realizadas | 10 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| | Nº de análises fora do padrão | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 9 | 5 | 10 | 9 | 10 |
| Mai/2017 | Nº de análises realizadas | 10 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 10 | 5 | 10 | 8 | 10 |
| Jun/2017 | Nº de análises realizadas | 10 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 10 | 5 | 10 | 8 | 10 |
| Jul/2017 | Nº de análises realizadas | 10 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 10 | 5 | 10 | 9 | 10 |
| Ago/2017 | Nº de análises realizadas | 10 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 10 | 5 | 9 | 9 | 10 |
| Set/2017 | Nº de análises realizadas | 10 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 10 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| Out/2017 | Nº de análises realizadas | 10 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| | Nº de análises em conformidade | 10 | 5 | 10 | 9 | 9 |
| Nº de análises exigidas pela Portaria 2914/2011 | | 10 | 5 | 10 | 10 | 10 |
| VMP – Valores Máximo Permissíveis pela Portaria 2914/11 | | 0,2 <= 5,0 mg/L | <= 15,0 uH | <= 5,0 NTU | Ausência | Ausência em 100ml em 100% das amostras |

Além dos parâmetros apresentados acima, a CASAN controla parâmetros relacionados às substâncias inorgânicas, orgânicas, agrotóxicos e produtos secundários da desinfecção, estabelecidos pela Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde, sendo que no período todos os resultados foram satisfatórios, exceto o parâmetro cloro residual livre. Informamos que medidas operacionais foram tomadas para a correção do problema.

OBS: A CASAN atende os critérios exigidos pelo decreto 5440/ 2005, e alerta aos síndicos ou administradores de condomínios, que deverão divulgar o presente Relatório Anual aos seus condôminos (Artigo 7º do Decreto 5440/2005).

Significados dos Parâmetros:

Cloro: agente químico utilizado para eliminar micro-organismos.

Cor Aparente: indica presença de substâncias dissolvidas que deterioram aspecto estético da água.

Flúor: agente químico auxiliar na prevenção contra cárie dentária.

Turbidez: indica presença de partículas em suspensão na água.

Coliformes totais: micro-organismos cuja presença na água não necessariamente representa problemas para a saúde.

***E. coli*/Coliformes Termo tolerantes: micro-organismo indicador de poluição fecal**

Procedimento padrão

Ajustes técnicos nos processos de dosagens dos produtos químicos e na remoção da água em desconformidade na rede de distribuição.

Lei 8078/1990 – Código de Defesa do Consumidor

Art. 6º - São direitos básicos do consumidor

Inciso III: a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de qualidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

Art. 31 – A oferta e apresentação de produtos e serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

“Cabe a CASAN operar, manter e exercer o controle de qualidade da água dos sistemas de abastecimento sob sua responsabilidade, obedecendo aos artigos 13º e 14º da Portaria 2914/2011 do MS”